

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (29/05/2026 A 02/06/2026)

MINERAÇÃO

- **Mineração fortalece gestão de barragens e pilhas com tecnologia e novas exigências de segurança**

Setor avança em monitoramento, transparência e gestão de riscos para ampliar proteção de comunidades e do meio ambiente

A segurança de barragens e pilhas de mineração esteve no centro dos debates do seminário Tailings Brazil 2026, que reuniu representantes da ANM, especialistas, empresas e órgãos públicos para discutir os avanços regulatórios e tecnológicos implementados no setor nos últimos anos. Segundo a Agência Nacional de Mineração, o Brasil consolidou um modelo de fiscalização baseado em gestão de riscos, monitoramento contínuo e maior transparência, com destaque para a ampliação do uso de instrumentos automatizados e do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM), que permite o acompanhamento das estruturas e a disponibilização pública de informações de segurança.

Além das barragens, a ANM destacou a ampliação da fiscalização sobre pilhas de estéril e de rejeito, estruturas que passaram a receber tratamento regulatório específico nos últimos anos. O novo modelo busca integrar tecnologias, inteligência de dados e boas práticas internacionais para fortalecer a prevenção de riscos e aprimorar a governança do setor mineral. Durante o evento, representantes da agência ressaltaram que a evolução regulatória brasileira vem consolidando padrões mais rigorosos de monitoramento, transparência e responsabilidade técnica, com foco na proteção das pessoas, das comunidades e do meio ambiente.

Fonte: [Link](#)

- **AGU firma acordo com Intercement para pagamento de R\$ 353 milhões em multa**

Transação encerra disputa judicial sobre cartel do cimento e garante recuperação de recursos aos cofres públicos

A Advocacia-Geral da União firmou um acordo com a Intercement Brasil para o pagamento de R\$ 353 milhões em multas relacionadas a processos conduzidos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Segundo a informação divulgada, o entendimento põe fim a uma longa disputa judicial e garante a quitação integral dos valores devidos pela empresa, representando um dos maiores acordos já celebrados pela AGU em matéria concorrencial.

De acordo com a AGU, a negociação foi construída com base em mecanismos de resolução consensual de conflitos, permitindo a recuperação de recursos para os cofres públicos e reduzindo a litigiosidade envolvendo a empresa. O acordo também reforça a estratégia do governo de ampliar a utilização de instrumentos de negociação para dar maior eficiência à cobrança de créditos e à solução de controvérsias de interesse público.

Fonte: [Link](#)

- **Fechamento da mina da Braskem em Alagoas impõe desafios técnicos e de longo prazo**

Processo envolve monitoramento contínuo, recuperação ambiental e gestão de riscos em área afetada pela subsidência do solo

A Agência Nacional de Mineração destacou os desafios envolvidos no fechamento da mina da Braskem em Alagoas, apontando o caso como uma das experiências mais complexas já enfrentadas pela regulação mineral brasileira. O processo envolve monitoramento contínuo das cavidades subterrâneas, execução de diferentes técnicas de estabilização, acompanhamento de indicadores geotécnicos e atualização permanente dos planos de fechamento, exigindo atuação integrada entre empresa, órgãos públicos e especialistas.

Segundo a ANM, o fechamento de mina vai além da interrupção das atividades de lavra, exigindo medidas de segurança de longo prazo, gestão de riscos e monitoramento contínuo para garantir a estabilização das estruturas e a mitigação dos impactos ambientais e sociais. A experiência de Maceió tem contribuído para o aperfeiçoamento das práticas de fechamento de mina no país, reforçando a importância do planejamento antecipado, da transparência e da fiscalização permanente em empreendimentos minerários de grande complexidade.

Fonte: [Link](#)

- **ANP abre consulta e audiência públicas sobre regras para identificar aumentos abusivos nos preços dos combustíveis**

Propostas buscam regulamentar nova atribuição da agência e estabelecer critérios objetivos para fiscalização

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis realizará consulta e audiência públicas sobre propostas de resoluções que definem os critérios para caracterização da elevação abusiva dos preços de combustíveis. A iniciativa decorre das atribuições conferidas à ANP pela Medida Provisória nº 1.340/2026, posteriormente complementada pela MP nº 1.349/2026, que passaram a permitir à agência fiscalizar aumentos abusivos de preços no contexto de conflitos geopolíticos e outras situações excepcionais.

Segundo a ANP, foram elaboradas minutas distintas para os segmentos de distribuição e revenda, considerando as particularidades de cada atividade e a necessidade de facilitar a atuação fiscalizatória. A metodologia proposta utiliza a margem bruta como principal parâmetro para identificar eventual abusividade, permitindo diferenciar aumentos decorrentes de custos legítimos daqueles sem justificativa econômica adequada. A consulta pública permitirá que agentes do mercado e demais interessados apresentem contribuições antes da definição das regras finais.

Fonte: [Link](#)

- **Brasil registra recorde na produção de petróleo e gás em abril**

Pré-sal alcança novo patamar histórico e responde por quase 80% da produção nacional

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou que o Brasil registrou, em abril, um novo recorde na produção de petróleo e gás natural no pré-sal. A produção alcançou 3,734 milhões de barris de óleo equivalente por dia, volume 0,5% superior ao do mês anterior e 18,3% maior que o observado em abril do ano anterior. O pré-sal respondeu por 79,7% de toda a produção nacional, com extração realizada por meio de 164 poços produtores.

No total, a produção nacional de petróleo e gás natural atingiu 4,689 milhões de barris de óleo equivalente por dia. A produção de petróleo foi de 3,632 milhões de barris por dia, enquanto a de gás natural alcançou 168,01 milhões de metros cúbicos por dia. O campo de Tupi, na Bacia de Santos, manteve-se como o maior produtor do país, e o FPSO Guanabara foi a instalação com maior volume

de produção no período, reforçando a relevância dos ativos do pré-sal para o desempenho da indústria petrolífera brasileira.

Fonte: [Link](#)

- **Ações de petróleo, gás e combustíveis registram movimentação recorde na B3**

Setor movimentou R\$ 133,07 bilhões em março, maior volume financeiro do primeiro quadrimestre de 2026

As ações de empresas dos setores de petróleo, combustíveis e gás alcançaram movimentação financeira recorde na B3 em março de 2026. Segundo levantamento divulgado pela bolsa, o setor movimentou R\$ 133,07 bilhões no mês, o maior volume registrado no primeiro quadrimestre do ano, superando os resultados de janeiro (R\$ 68,9 bilhões), fevereiro (R\$ 56,7 bilhões) e abril (R\$ 98,2 bilhões). O desempenho ocorreu em um contexto de valorização do petróleo no mercado internacional, que chegou a ser negociado próximo ou acima de US\$ 100 por barril em meio às tensões entre Estados Unidos e Irã.

A Petrobras concentrou grande parte desse volume negociado, com suas ações passando de R\$ 34,6 bilhões em fevereiro para R\$ 85,1 bilhões em março. Outras companhias do setor também registraram crescimento expressivo, como a Prio, que ampliou sua movimentação de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 30,2 bilhões, e a Vibra, que passou de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 6,4 bilhões no mesmo período. De acordo com a B3, momentos de maior volatilidade internacional costumam aumentar o interesse dos investidores por empresas ligadas a *commodities*, tanto para aproveitar oportunidades quanto para ajustar posições de mercado.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL firma acordo com ARSAP para fortalecer fiscalização do setor elétrico no Amapá**
Convênio amplia cooperação entre as agências e reforça a atuação regulatória no estado

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) assinou um convênio de cooperação com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (ARSAP) com o objetivo

de fortalecer as atividades de fiscalização do setor elétrico no estado. O acordo permite que a ANEEL delegue competências para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos, sempre em alinhamento com as diretrizes técnicas e regulatórias da agência federal.

Segundo a ANEEL, a iniciativa faz parte da estratégia de ampliar a presença institucional da agência e potencializar a atuação conjunta com reguladores estaduais no acompanhamento dos serviços prestados à população. Durante a assinatura do convênio, realizada em Macapá, a diretora-geral substituta da ANEEL, Agnes da Costa, destacou que a cooperação fortalece os canais de interlocução com os consumidores e amplia o apoio às ações de fiscalização dos agentes do setor elétrico. Com o acordo, o Amapá passa a integrar o grupo de estados que mantêm convênios de cooperação com a agência reguladora federal.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL realiza em julho segunda sessão pública do Leilão de Transmissão nº 1/2026**

Certame contemplará os lotes 7 a 10 e dará continuidade ao cronograma de expansão da infraestrutura elétrica nacional

A Agência Nacional de Energia Elétrica realizará, em 3 de julho de 2026, a segunda sessão pública do Leilão de Transmissão nº 1/2026, destinada à licitação dos lotes 7 a 10. O evento ocorrerá às 14h, na sede da B3, em São Paulo, conforme cronograma divulgado pela Comissão Permanente de Leilões da ANEEL. O certame integra as etapas previstas após a publicação do edital e a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, dos procedimentos relacionados aos empreendimentos que serão licitados.

Além da realização do leilão, o cronograma estabelece as fases subsequentes de habilitação, recursos, homologação dos resultados e assinatura dos contratos de concessão. As inscrições dos interessados e o aporte das garantias de proposta ocorrerão nos dias 22 e 23 de junho, enquanto a homologação dos resultados está prevista para agosto. Segundo a ANEEL, o processo busca assegurar a continuidade dos investimentos em transmissão e a expansão da infraestrutura necessária ao atendimento do sistema elétrico brasileiro.

Fonte: [Link](#)

- **Samarco e Casa dos Ventos firmam parceria para autoprodução de energia eólica**

Participação no Complexo Eólico Serra do Tigre reforça estratégia de descarbonização da mineradora

A Samarco e a Casa dos Ventos assinaram um acordo estratégico de longo prazo que prevê a participação societária da mineradora no Complexo Eólico Serra do Tigre, localizado entre os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A iniciativa fortalece a estratégia da empresa de atuar como autoproductora de energia limpa e renovável, ampliando seus esforços de descarbonização e eficiência energética. A operação já foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), permitindo o avanço dos trâmites para implementação do acordo.

O projeto garantirá à Samarco o fornecimento de 45 MW médios de energia renovável a partir de 2027. Segundo a empresa, o modelo de autoprodução contribuirá para aumentar a previsibilidade dos custos de energia e reforçar sua estratégia de sustentabilidade. Atualmente, a mineradora opera com 100% de energia elétrica proveniente de fontes renováveis e mantém metas de reduzir em 30% suas emissões de carbono até 2032 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME estabelece diretrizes para os Leilões de Energia Existente de 2026**

Medida busca ampliar a previsibilidade do setor elétrico e reduzir pressões inflacionárias sobre as tarifas

O Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 135, que define as diretrizes para a realização dos Leilões de Energia Existente “A-1”, “A-2” e “A-3” de 2026. Os certames estão previstos para novembro deste ano e permitirão a contratação de energia proveniente de usinas já em operação comercial, garantindo o atendimento da demanda das distribuidoras nos próximos anos. Os contratos terão prazo de suprimento de dois anos, com início em janeiro de 2027, 2028 e 2029, respectivamente.

Entre as principais inovações está a manutenção dos preços dos contratos sem atualização durante sua vigência, eliminando a correção pelo IPCA. Segundo o MME, a medida contribui para a desindexação das tarifas de energia elétrica, reduzindo a chamada inércia inflacionária e tornando

os preços mais aderentes às condições de mercado. A quantidade de energia a ser contratada será definida a partir das Declarações de Necessidade apresentadas pelas distribuidoras entre 11 e 21 de agosto.

Fonte: [Link](#)

- **Silveira destaca potencial do Brasil para liderar investimentos globais em data centers e defende avanço do Redata**

Ministro aponta matriz energética limpa, segurança jurídica e expansão do sistema elétrico como vantagens competitivas do país

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o Brasil reúne condições para se tornar um dos principais destinos globais de investimentos em data centers, inteligência artificial e infraestrutura digital. Durante o Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal, o ministro destacou que o avanço desse mercado está diretamente ligado à disponibilidade de energia e ressaltou que o país possui 38 GW em pedidos de parecer de acesso, dos quais 7,1 GW representam cerca de R\$ 159 bilhões em investimentos previstos para os próximos anos.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o crescimento da demanda por data centers tem sido impulsionado pela matriz elétrica majoritariamente renovável do Brasil, pela segurança jurídica e pela capacidade de expansão do sistema elétrico nacional. Durante o evento, Silveira também defendeu a aprovação do Redata, projeto que busca criar um regime especial para atração de investimentos em data centers, com contrapartidas voltadas à inovação, sustentabilidade, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Para o ministro, a iniciativa é estratégica para transformar a vantagem energética brasileira em geração de empregos qualificados, desenvolvimento econômico e fortalecimento da soberania digital do país.

Fonte: [Link](#)

- **MME avalia risco de baixa concorrência no primeiro leilão de baterias do país**

Governo consulta BNDES sobre capacidade da indústria para atender exigências de conteúdo local previstas no certame

O Ministério de Minas e Energia demonstrou preocupação com a possibilidade de baixa

concorrência no primeiro leilão de reserva de capacidade voltado a sistemas de armazenamento em baterias, previsto para dezembro de 2026. Segundo informações divulgadas no Radar Energia da XP, a pasta acionou o BNDES para avaliar se a indústria nacional terá capacidade de atender às exigências de conteúdo local que estão sendo discutidas para o certame. O receio é que um número reduzido de fabricantes habilitados limite a competição, reduza os deságios e aumente os riscos de execução dos projetos contratados.

De acordo com o relatório, o secretário-executivo do MME, Gustavo Ataíde, questionou o banco sobre a capacidade de fornecedores nacionais e internacionais atenderem às etapas exigidas pelo Finame, além da viabilidade de instalação de fábricas no Brasil dentro do prazo previsto entre a realização do leilão e a assinatura dos contratos. O tema ganhou relevância após a defesa, por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, da adoção de regras de conteúdo local como forma de estimular a cadeia produtiva nacional de baterias e fortalecer a indústria brasileira de armazenamento de energia.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Geólogo

CREA 36.689/D - DF